O Estado como servidor público

Herbert de Souza

Realizar uma profunda reforma da burocracia estatal é fundamental. Com raras exceções existe uma convicção geral e bem fundada na realidade de que os serviços públicos no Brasil não funcionam. A rede pública hospitalar é superprecária. O ensino público é um desastre nacional. Os transportes públicos torturam os usuários. O atendimento nos diferentes serviços da Federação, estados e municípios constituem suplicios permanentes impostos a todos os brasileiros e brasileiras. Estar diante de um funcionário público, de modo geral, não é uma experiência agradável. Os guichês se fecham na sua vez, na sua frente. Não há para quem reclamar e para muitos o tempo já não existe como medida de eficiência. Com raras exceções, as outrora eficientes empresas estatais também apresentam sinais evidentes de deterioração, na telefonia, nos correios e em vários outros setores. Quando passamos para o lado de dentro do guichê vamos encontrar pessoas descontentes, ganhando mal, fazendo greve de forma habitual para resolver problemas habituais, funcionários sem motivação, sem razão de viver, de trabalhar e de atender — e, mais grave ainda, sem acreditar no país, no governo e no que estão fazendo. A noção de serviço público definiu, a noção de cidadania afundou no grande *Bateau Mouche* da impunidade e da desmoralização programada e produzida do Estado. Essa é uma longa história que não começou em 1964, mas se agravou de forma notável no regime militar.

O Estado foi seqüestrado em 1964 e transformado ainda mais em refém de interesses privados. Inchou durante todo o período militar, desligou-se da sociedade civil e se transformou num imenso aparato a serviço de interesses de alguns grandes e poderosos grupos. Longe da sociedade acreditou-se impune, desgastou-se. Depois dessa trajetória transformou-se

em vítima de si próprio. De dentro da própria classe dominante que o dirigiu nesses últimos 20 a 30 anos, surgiu então, paradoxalmente, um clamor antiestatista, como se alguma vez alguém outro que não a própria classe dominante houvesse tomado o poder do Estado para transformá-lo em socialista.

Hoje, todos os empresários que vivem do Estado gritam contra ele. Todas as clínicas particulares que engordaram às custas dos convênios com o Estado atacam os Suds e exibem seus lucros como prova de eficiência, sem observarem que a diária de um de seus leitos é igual à de uma cama em hotel de cinco estrelas. E assim sucessivamente.

Depois de cumprir a missão de subsidiar, alimentar, engordar e desenvolver os diferentes setores chamados de privados do capitalismo no Brasil, o setor público está sendo descapitalizado, desativado e em vários aspectos sucateado em função de uma estratégia suicida e irresponsável, totalmente indiferente à realidade da grande maioria da população brasileira. A chamada ideologia privatista pretende que o Brasil seja uma sociedade constituída por 130 milhões de consumidores que gozam das delícias das leis do mercado, com capacidade financeira de fazer opções entre as boas e as más ofertas de bens e serviços oferecidos pelo setor privado. Basta olhar para a verdadeira face do país, o salário mínimo de 45 dólares mensais, de dois terços da população ganhando até dois salários mínimos, o imenso desemprego disfarçado pela estatística oficial, a metade da população ligada de alguma forma à economia submersa, à mortalidade infantil e tantas outras evidências urbanas e rurais para se saber que o mercado aqui funciona, somente, para uns poucos e que o resto vive em busca desesperada da sobrevivência. Neste quadro é óbvio que cabe ao Estado um papel que tem que ser equacionado em termos de eficiência, legitimidade e democracia.